



# Boletim do Legislativo

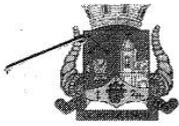
Órgão de Imprensa Oficial da Câmara Municipal de Ouro Branco - Resolução 01/2016

*Edição Semanal 061/2023 - 24/11 a 30/11/2023*

## ATAS DE REUNIÃO ORDINÁRIA

<https://www.ourobranco.cam.mg.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias/atas>

**Ata da 33ª (trigésima terceira) Reunião Ordinária, da terceira Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Ouro Branco,** realizada no dia 13 (treze) de novembro de dois mil e vinte e três, às 19h05, com a presença de todos os Vereadores desta Casa, com exceção do Vereador Leandro Marcelo Souza, foi declarada aberta a Reunião. Primeiramente o Vereador Secretário efetuou a leitura da Ata da Reunião anterior, dada por aprovada. Em seguida foram apresentadas as seguintes Proposições: 1 – Projeto de Lei nº 151/2023, que “Dá denominação à Via que menciona” de autoria do Vereador José Irenildo Freires de Andrade; 2 – Projeto de Lei nº 152/2023, que “Dá denominação à Via que menciona” de autoria do Vereador José Irenildo Freires de Andrade; 3 – Projeto de Lei nº 153/2023, que “Dá denominação à Via que menciona” de autoria do Vereador José Irenildo Freires de Andrade; 4 – Projeto de Lei nº 154/2023, que “Dá denominação à Via que menciona” de autoria do Vereador José Irenildo Freires de Andrade; 5 – Projeto de Lei nº 155/2023, que “Dá denominação à Via que menciona” de autoria do Vereador José Irenildo Freires de Andrade; 6 – Requerimento nº 126/2023, de autoria do Vereador Neymar Magalhães Meireles; 7 – Indicação nº 216/2023, de autoria da Vereadora Valéria de Melo Nunes Lopes; 8 – Moção de Pesar nºs 48 e 49/2023, de autoria do Vereador Warley Higino Pereira. Ato contínuo a Sra. Presidente passou à 2ª Parte da Reunião – Ordem do Dia. O Projeto de Lei nº 120/2023 recebeu Parecer favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Fiscalização Financeira, aprovado em 1ª e 2ª discussão e votação, com dispensa de interstício solicitada pelo Vereador Neymar Magalhães Meireles e em Redação Final, com abstenção do voto da Vereadora Valéria de Melo Nunes Lopes. Com relação ao Projeto de Lei nº 121/2023, recebeu Parecer favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Fiscalização Financeira, aprovado em 1ª e 2ª discussão e votação, com dispensa de interstício solicitada pelo Vereador Neymar Magalhães Meireles e em Redação Final, com abstenção do voto da Vereadora Valéria de Melo Nunes Lopes. Dando seguimento, o Vereador Warley Higino Pereira, solicitou a Sra. Presidente que a votação dos Projetos de denominação fossem votados em bloco, assim como a leitura de um só parecer para todos, a Presidente colocou em votação e foi aprovada a votação em bloco. Os Projetos de Lei nºs 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147 e 148/2023, receberam Parecer favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Obras e Serviços Públicos, sendo aprovado em 1ª e 2ª discussão e votação, com dispensa de interstício solicitada pelo Vereador Neymar Magalhães Meireles e em Redação Final. Ato contínuo, o Projeto de lei nº 149/2023, encontra-se em diligência na Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Em seguida, o Requerimento nº 126/2023, foi aprovado. Tendo em vista as Moções de Pesar apresentadas, foi feito um minuto de silêncio em respeito aos falecidos. Finalizando a Sra. Presidente organizou a Ordem do Dia dela fazendo parte os Projeto de Lei nºs 149, 151, 152, 153, 154 e 155/2023. Às 20h20, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião. Para constar, lavrou-se esta Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e Secretário.



## **Câmara Municipal de Ouro Branco**

---

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 14/2023**

**OBJETO:** Seleção de empresa para prestação de serviços de Buffet e Decoração, para a Cerimônia de Honrarias da CMOB

### **ATA DE REUNIÃO**

Às 11:30 horas do dia 17/11/2023, no endereço, Av Mariza de Souza Mendes, 1177, Bairro Siderurgia, Ouro Branco – MG, conforme definido na reunião anterior, reuniu-se a Comissão de Avaliação, instituída pela Portaria 65/2023, composta pelos servidores, Gabriela Andrade de Carvalho Martins, Alethea Mendes Casal, Isabel Cristina Ferreira, Janaína de Oliveira Zonzin e Grazielle Aparecida Pereira Ribeiro, para apreciação e avaliação dos itens que compõem o objeto deste processo licitatório. Estando presentes também a Presidente da Cmob, a Sra. Nilma Aparecida Silva e eu, Luana de Cássia Parreiras Santos.

A empresa Thais Batista Pinheiro, ganhadora do certame, apresentou primeiramente, amostras referentes aos serviços de buffet e, conforme a análise dos membros da comissão, tudo que foi apresentado está em conformidade com a descrição do termo de referência do edital do processo em questão.

A comissão pôde experimentar cada item do serviço de buffet, provando inicialmente os itens de entrada, comida de boteco, salgados volante, frios e as bebidas. Itens que foram considerados por unanimidade, como aprovados pela comissão. Em seguida, fizeram a prova dos pratos quentes, e dos itens de sobremesa, que também por unanimidade foram considerados aprovados para serem servidos no dia do evento.

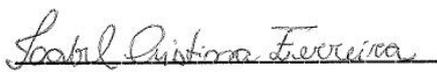


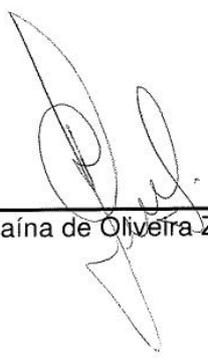
# Câmara Municipal de Ouro Branco

Após a aprovação do serviço de buffet, a empresa Thais Batista Santana Pinheiro, apresentou os itens detalhados do serviço de decoração. De acordo com análise da comissão, todos os itens foram apresentados em conformidade com o exigido, tanto os materiais que irão compor a decoração e ornamentação do evento, os utensílios e também o croqui.

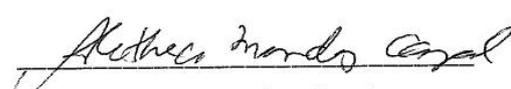
Ouro Branco, 17 de novembro de 2023.

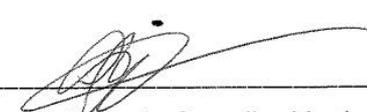
## Comissão:

  
Isabel Cristina Ferreira

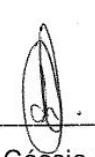
  
Janaína de Oliveira Zonzon

  
Grazielle Aparecida Pereira Ribeiro

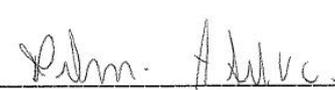
  
Alethea Mendes Casal

  
Gabriela Andrade de Carvalho Martins

## Presentes:

  
Luana de Cássia Parreiras S. (Pregoeira)

  
Bruno Batista Santana Pinheiro  
(empresa Thais Batista Santana Pinheiro)

  
Nilma Aparecida Silva  
Presidente da CMOB

Para Ata na íntegra, acesse:

[https://www.ourobranco.cam.mg.gov.br/docs/anexos\\_licitacao/a5fcb64571941df83406f1a8fd7736d7.pdf?1700765598](https://www.ourobranco.cam.mg.gov.br/docs/anexos_licitacao/a5fcb64571941df83406f1a8fd7736d7.pdf?1700765598)

# CONTRATO – THAIS BATISTA SANTANA PINHEIRO



## Câmara Municipal de Ouro Branco

CONTRATO  
CMOB 037/2023

**Processo Administrativo nº 060/2023**  
**Modalidade: Pregão Presencial 014/2023**

**Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet e Decoração, para o evento, destinados à solenidade de Entregas de Honrarias da Câmara Municipal de Ouro Branco, que acontecerá no dia 07 de dezembro do corrente ano, na cidade de Ouro Branco/MG.**

Pelo presente instrumento de contrato, que entre si fazem, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**, inscrita no CNPJ sob o nº 23.964.950/0001-31, com sede a Praça Sagrados Corações, nº 200, Centro - Ouro Branco/MG, neste ato representado por sua Presidente Nilma Aparecida Silva, doravante designada CONTRATANTE e a empresa **THAIS BATISTA SANTANA PINHEIRO-ME** 10544257600, inscrita no CNPJ sob o nº 14.101.776/0001-02, situada na Rua Dr. Jadir nº 194, Centro, Ouro Branco/MG, CEP 36.420-000, representada por Thaís Batista Santana Pinheiro, portadora do RG MG 17.021.595 SSP/MG e sob o CPF nº 105.442.576-00., doravante designada CONTRATADA, com fundamento nos dispositivos da : Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, Decreto Municipal nº. 4.705 de 05 de abril de 2005, Decreto Municipal nº. 5.303, de 21 de março de 2007, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores modificações e do Edital de Pregão Presencial nº 014/2023, têm entre si como justo e contratado o que vem especificado nas cláusulas abaixo:

### **Cláusula 1ª - Do Objeto**

O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Buffet e Decoração, para o evento, destinados à solenidade de Entregas de Honrarias da Câmara Municipal de Ouro Branco, que acontecerá no dia 07 de dezembro do corrente ano, na cidade de Ouro Branco/MG.

### **Cláusula 2ª - Do Valor, Forma de Pagamento e Prazo de Duração**

2.1. Pelo integral cumprimento deste contrato, a contratante pagará a contratada o valor de R\$ 139.970,00 (cento e trinta e nove mil e novecentos e setenta reais), sendo o valor de R\$ 74.950,00 (setenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais) referente ao serviço de Buffet e o valor de R\$ 65.020,00 (sessenta e cinco mil e vinte reais) para o serviço de decoração.

2.2. O pagamento será efetuado mensalmente, somente após respectiva apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente discriminada, em nome da Câmara Municipal de Ouro Branco, atestada por servidor designado.

2.3. O prazo de vigência do presente instrumento é de 08 de dezembro de 2023.

2.4 - Haverá Reajuste e Revisão dos Preços em face do desequilíbrio econômico financeiro do contrato devidamente comprovada elevação dos custos para manutenção do contrato, mediante prévio parecer jurídico favorável, com base nas normas previstas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

2.4.1 – O índice a ser adotado em caso de Reajuste e Revisão dos Preços será o INPC ou, na falta deste, outro índice oficial que o substitua.

Praça Sagrados Corações, 200 – Ouro Branco – Minas Gerais – CEP 36420-000 – Fone (31)3741-1225  
www.ourobranco.cam.mg.gov.br



# Câmara Municipal de Ouro Branco

2.4.2 – Somente poderá ocorrer o Reajuste e Revisão após transcorrido o prazo de 12 meses da data prevista para apresentação da proposta, salvo as exceções previstas em lei.

## Cláusula 3ª - Da Dotação Orçamentária

3.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotação orçamentária específica para a finalidade a que se destina, qual seja, a de número:

**01.031.0046 2.214-manutenção das atividades da Diretoria Geral da Câmara Municipal, ficha 28 – 33.90.39.00 – outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica. Elemento 39; Item 20- Festividades e Homenagens**

## Cláusula 4ª - Da Execução do Contrato

4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração ou Comissão designada para tal.

4.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas e/ou defeitos observado.

## Cláusula 5ª - Das Obrigações e responsabilidades da Contratada

Será de responsabilidade da CONTRATADA:

5.1. Solicitar à Contratante todas as informações e esclarecimentos necessários à prestação dos serviços.

5.2. Manter contato direto e permanente com o representante da CONTRATANTE, atendendo prontamente às suas determinações.

5.3. Toda e qualquer indenização em decorrência de danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão da CONTRATADA ou de terceiros a essa relacionada, bem como pela inobservância ou infração de disposições legais, regulamentares ou posturas vigentes.

5.4. Dotar seus empregados de todos os equipamentos obrigatórios de segurança, conforme determinação da legislação e normas de convenção ou acordo coletivo do trabalho.

5.5. A CONTRATADA exonera a CONTRATANTE de qualquer ônus decorrente de acidente sofrido por seus empregados ou prestadores de serviços no desempenho dos serviços objeto deste instrumento, bem como, de direitos e obrigações trabalhistas de sua responsabilidade.

5.6. Declara a CONTRATADA que exime a CONTRATANTE, desde já, e em qualquer época, de quaisquer ônus e despesas decorrentes de responsabilidade civil, penal e outras, inclusive as relativas aos profissionais envolvidos na realização dos serviços aqui contratados; a CONTRATADA exime ainda a CONTRATANTE, desde já, e em qualquer época, de todos os ônus e despesas oriundas de acidentes, inclusive acidentes de trabalho, relativos aos profissionais envolvidos nos serviços aqui pactuados, bem assim de todos os ônus e despesas fiscais e tributárias, fundiárias, trabalhistas, previdenciárias, sociais e outras.

5.7. Não se responsabiliza a CONTRATANTE pelo pagamento de férias, descanso semanal remunerado, horas correspondentes a feriados e licença para tratamento de saúde, gala ou nojo; a CONTRATANTE também não se responsabiliza pelo pagamento de quaisquer outras vantagens trabalhistas ou indenização por dispensa.

5.8. É a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pelo pagamento, a seus empregados de salários, respondendo também por todas as exigências da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, não havendo entre ela mesma e a



# Câmara Municipal de Ouro Branco

CONTRATANTE qualquer vínculo de solidariedade ou subsidiariedade; nenhuma vinculação há, também, entre os seus empregados e a CONTRATANTE e entre os empregados desta e aquela, correndo sempre por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com indenizações e rescisões, em função das relações decorrentes deste contrato.

5.9. Obriga-se também a CONTRATADA a cumprir e fazer cumprir, no todo, as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, especialmente as da CLT, na redação que lhe deu a Lei nº 6.514/77, e a Portaria nº 3.214/78 e suas atualizações, devendo fazer com que seus empregados, contratados e relacionados, quando envolvidos com os serviços previstos no presente contrato, usem e conservem os equipamentos de segurança coletivos, individuais e gerais.

5.10. Na hipótese de eventual inadimplência das obrigações trabalhistas ou previdenciárias da CONTRATADA, relativamente aos seus respectivos funcionários alocados na execução dos serviços objeto deste Contrato, fica desde já expressamente declarado não existir qualquer vínculo ou responsabilidade solidária ou subsidiária entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

5.11. No caso de ser a CONTRATANTE incluída em qualquer processo administrativo ou judicial decorrente de inadimplência trabalhista, previdenciária ou tributária da CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE fazer retenção de parcela ou parcelas ainda devidas pelos serviços da CONTRATADA, até a conclusão do respectivo processo, para o fim de satisfazer eventual condenação transitada em julgado ou as despesas daí decorrentes.

5.12. A retenção acima prevista também poderá ser feita se a CONTRATADA vier a descumprir qualquer cláusula ou condição ora ajustada; a retenção aqui prevista perdurará até que a CONTRATADA haja regularizado a situação ou até que haja ressarcido à CONTRATANTE as eventuais despesas decorrentes dos atos que deram origem à retenção.

5.13. Caso a CONTRATADA execute qualquer ação que dê causa à retenção de recebíveis supracitada, a CONTRATANTE emitirá notificação concedendo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias para eliminar as transgressões contratuais notificadas, não havendo a eliminação das falhas, a CONTRATANTE poderá executar a retenção de recebíveis.

5.14. Caso, na data da condenação ou da despesa, todos os pagamentos já tenham sido realizados, fica a CONTRATADA obrigada a ressarcir a CONTRATANTE os valores desembolsados por esta, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da apresentação da conta pela CONTRATANTE, sob forma corrigida, à base do INPC, e acrescidos de juros mensais de 1% (um por cento) e multa apenatória de 10% (dez por cento) sobre os totais já corrigidos e acrescidos dos juros; neste ressarcimento serão incluídas, principalmente, as despesas com os honorários advocatícios ou periciais, custas, viagens, alimentação e estada dos profissionais envolvidos na defesa dos interesses da CONTRATANTE.

5.15. A CONTRATADA tomará medidas eficazes no sentido de garantir que suas atividades sejam desenvolvidas dentro dos padrões éticos e socialmente adequados, não permitindo que seus prepostos ou contratados violem, sem a isso se limitar: a legislação trabalhista, de medicina e segurança do trabalho, fiscal, previdenciária e ambiental.

Também não será tolerada pela CONTRATANTE a utilização de mão-de-obra infantil em desacordo com as normas pertinentes. Caso seja constatada qualquer infração às disposições ora tratadas, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias para saná-la, de modo definitivo, sob pena de rescisão do presente contrato por justo motivo.

## **Clausula 6ª - Da Rescisão**

6.1. O contrato ficará de pleno direito rescindido, em caso de:

- a) inexecução total ou parcial (arts. 77 e 78 da lei 8.666/93), ficando a administração com o direito de retomar os serviços e aplicar multas no contrato (art. 55, inciso IV) da citada lei, além de exigir, se for o caso indenização.
- b) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazo;
- c) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazo;
- d) A lentidão de seu cumprimento, levando a administração/contratante a comprovar a impossibilidade de manter o serviço;
- e) Outros com fundamento na conveniência e oportunidade da Administração.



# Câmara Municipal de Ouro Branco

6.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

6.3. A rescisão do contrato será:

- a) Determinada por ato unilateral da Administração/contratante, nos casos relacionados no item 6.1;
- b) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração/contratante.
- c) Judicial.

## Cláusula 7ª - Da Cessão, Transferência e Subcontratação

7.1 As partes contratantes obrigam-se ao bom e fiel cumprimento do presente, sendo certo, todavia, que o presente contrato não poderá ser cedido, transferido ou subcontratado para terceiros, total ou parcialmente, sem prévio consentimento da parte contratante.

## Cláusula 8ª - Das Penalidades

8.1. À contratada poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

8.1.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado: multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado.

8.1.2. Pelo atraso: multa de 0,1% ao dia de atraso, do valor total do contrato, admitindo-se no máximo 10 (dez) dias consecutivos de atraso, contados da data em que se deveria cumprir a obrigação, após o que ficará caracterizada inexecução total ou parcial do contrato.

8.1.3. Outras penalidades previstas na Lei n 8.666/93, e no edital de licitação de acordo com os prejuízos causados à contratante.

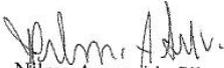
## Cláusula 9ª - Da Publicação

9.1. Correrá por conta da contratante a publicação do extrato de contrato no diário oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8.666/93.

## Cláusula 10ª - Foro

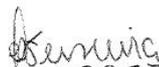
10.1. Fica eleito o foro de Comarca de Ouro Branco/MG, com a exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato. E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

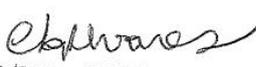
Ouro Branco, 20 de novembro de 2023.

  
Nilma Aparecida Silva  
Presidente da Câmara Municipal  
CONTRATANTE

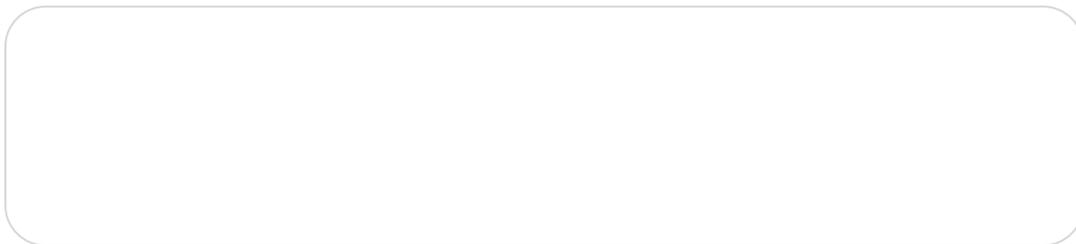
  
Thaís Batista Santana Pinheiro-ME  
CONTRATADA

### Testemunhas:

1)   
Nome *Benedita*  
CPF 766.929.576/72

2)   
Nome *Elvares*  
CPF 095.077.786-91

Assinatura digital:



**CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO**

Praça Sagrados Corações, 200 - Centro

36.420-000 - Ouro Branco/MG

Telefone: (31)3741-1225

**Presidente:** Nilma Aparecida Silva

**Assinado digitalmente pela Diretora Administrativa**